

O estado da arte das políticas públicas para o campo: uma abordagem do programa de aquisição de alimentos no estado do Pará

Elizangela Silva Silva¹
Gisalda Carvalho Filgueiras²
Alegria dos Santos Leite³
Marcos Antônio Souza dos Santos⁴

Resumo: Este estudo analisou o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) direcionado ao estado do Pará, entre 2003 a 2012, em termos evolutivos da quantidade e valor dispendido pelo Programa. O PAA é uma das ações de políticas públicas do Governo Federal desenvolvida no âmbito do Programa Fome Zero, com o objetivo de promover o acesso à alimentação, incentivar e fortalecer a agricultura familiar, mediante a compra da produção, sendo esta efetivada pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Utilizou-se dados institucionais e aplicou-se estatística descritiva para analisar a evolução da liberação desses recursos. No Brasil, percebeu-se crescente dispêndio destes recursos, embora com altas disparidades na distribuição de recursos entre as regiões. Entre os estados da região Norte, o estado mais beneficiado foi Rondônia. Em relação ao estado do Pará, o recurso do PAA vem praticamente do Ministério do Desenvolvimento Social (87%) contra 13% do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Em 2003 foram comprados alimentos no montante de R\$3,20 milhões, correspondente a 751 famílias e em 2012 tal valor foi de R\$9,71 milhões, correspondendo a 2.167 famílias. Modo geral a compra de alimentos foi crescente pelo PAA no estado do Pará, mas a atuação no âmbito relativo ainda é tímida.

Palavras-chave: PAA. Pará. Segurança Alimentar.

Classificação J.E.L.: H53; Q18.

1 Economista pela Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: <ersilva07@gmail.com>.

2 Professora da Universidade Federal do Pará (UFPA). Doutora em Ciências Agrárias pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). E-mail: <gfilgueiras@ufpa.br>.

3 Mestranda em Economia pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Tecnóloga em Gestão Pública pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA); Economista pela na Universidade Federal do Pará (UFPA). E-mail: <alegria1717@yahoo.com.br>.

4 Professor da Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA). Doutorando em Ciência Animal pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Economia pela Universidade da Amazônia (UNAMA). E-mail: <marcos.marituba@gmail.com>.

The state of the art of public policies for the field: an approach of food acquisition program in the state of Pará.

Abstract: This study analyzed the food acquisition Program (PAA) directed to the State of Pará, between 2003 to 2012, in evolutionary terms of quantity and value incurred by the program. The PAA is one of the actions of the Federal Government's public policies developed under the Zero Hunger program, with the goal to promote the access to food, encourage and strengthen family agriculture, through the purchase of production, this being carried out by Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Using institutional data and descriptive statistics was applied to analyze the evolution of the release of these resources. In Brazil, it was noticed growing expenditure of these resources, though with high disparities in the distribution of resources among regions. Among the States of the North region, the most benefited State was Rondonia. In relation to the State of Pará, the appeal of PAA comes practically from the Ministry of Social Development (87) against 13 of the Ministry of agrarian development. In 2003 were purchased food totaling R\$3.20 million, corresponding to 751 households and in 2012 such value was R 9.71 million, corresponding to 2,167 families. Overall-food was growing by the PAA in the State of Pará, but acting under relative is still shy.

Keywords: PAA. Pará. Food security.

J.E.L. Code: H53; Q18.

1 Introdução

Em que pese a discussão acadêmica acerca do posicionamento do Estado e suas políticas para o setor rural brasileiro, este trabalho apresenta um breve relato sobre a dimensão e contexto do rural brasileiro, mesmo porque não se tem juízo de valor sobre decisões deliberadas pelo estado à agricultura. O que este trabalho faz é uma imersão em uma política pública específica, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por meio de dados institucionais. Em que, por meio de análise de estatística descritiva, busca-se delinear, de forma específica no estado do Pará, até que ponto o PAA foi implementado no sentido de cumprir seu objetivo, que segundo o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA), (2013), é estimular e fortalecer a agricultura familiar, auxiliar no desenvolvimento das comunidades locais e suprir as demandas de alimentos ofertados por programas sociais. Vez que através deste o governo compra os alimentos oriundos da agricultura familiar e distribui às pessoas em situação de vulnerabilidade social.

A hipótese levantada no presente trabalho é de que o PAA tem contribuído no fortalecimento da produção da agricultura no Estado do Pará.

O trabalho se concretizou por meio da análise da evolução dos gastos do Governo com o PAA no Brasil com ênfase no Estado do Pará no período de 2003 a 2012, através de análise descritiva e quantitativa, mediante a taxa de variação e a taxa de crescimento por região (Brasil, Norte e Pará) e correlação entre o número de estabelecimentos e o valor do PAA.

Destarte, este trabalho apresenta, além deste intróito, um breve relato sobre o histórico e evolução das políticas públicas para o campo brasileiro, especificando o PAA, seguido pela metodologia utilizada no artigo, (iii) a apresentação dos resultados e discussões e, por fim, as considerações finais.

2 Políticas públicas para a agricultura familiar

Até a metade da década de 1990 não existia uma política específica direcionada para o financiamento da agricultura familiar no Brasil. Com o intuito de superar problemas do campo, fomentar pequenos produtores e minimizar os efeitos desestruturadores causados pela política econômica; em 1996, o Governo Federal lançou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), considerado um marco entre as políticas públicas direcionadas para o reconhecimento da agricultura familiar no Brasil, além de ser o mais abrangente programa de apoio às famílias de agricultores. (SCHNEIDER; CAZELA; MATTEI, 2004 apud MÜLLER, 2007).

O Pronaf foi instituído por meio do Decreto Presidencial n.º 1.946 de 28 de junho de 1996, tem por finalidade apoiar o desenvolvimento rural e como fundamento fortalecer a agricultura familiar, como segmento gerador de emprego e renda:

[...] de modo a estabelecer um novo padrão de desenvolvimento sustentável que vise ao alcance de níveis de satisfação e bem-estar de agricultores e consumidores, no que se refere às questões econômicas sociais e ambientais, produzindo um novo modelo agrícola nacional (BRASIL, 1996; p. 11).

Dois fatores importantes contribuíram para o surgimento do Pronaf. O primeiro foi o movimento Sindical dos Agricultores Familiares que eram ligados a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Agricultura (Contag). Segundo Junqueira e Lima (2008), o Pronaf é uma conquista dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores nas últimas décadas. Logo, representa a legitimação de uma nova categoria social que até então era marginalizada em termos de acesso a benefícios agrícolas – os agricultores familiares. O segundo foi a divulgação do estudo feito em cooperação pela FAO/Incrá que estabeleceu as diretrizes que direcionaram a formulação de políticas públicas adequadas às especificidades dos diferentes tipos de agricultores familiares (BIANCHINI, 2005 apud JUNQUEIRA; LIMA, 2008).

Conforme Mattei (2005) *apud* Junqueira e Lima (2008) a análise de abrangência do Pronaf pode ser caracterizada em duas fases diferentes: a primeira compreende o período que vai de 1996 a 1999; e a segunda, a partir do ano 2000. Na primeira fase dos R\$1,90 bilhão liberados, somente R\$313 milhões foram investidos nas unidades de produção. Isso quer dizer que em um primeiro momento o crédito agrícola foi usado para a manutenção das safras anuais e teve baixa intervenção sobre os problemas estruturais de produção dos agricultores familiares. Esta primeira fase foi marcada por desequilíbrio espacial muito grande em prol da região Sul. O desequilíbrio é explicado pelo peso econômico e por pressões das agroindústrias na região sobre os agricultores a elas integrados; devido ao grau de organização dos agricultores da região; e por sua tradição de luta pelo crédito mais incorporado à pauta das reivindicações dos agricultores daquela Região. A segunda apresenta maior abrangência por parte do programa. Os recursos passaram a ser destinados aos agricultores familiares classificados de acordo com sua renda, em quatro modalidades A, B, C, D⁵. A partir de então ocorreu um aumento significativo do número de contratos e do volume de recursos disponibilizados nas últimas safras agrícolas. Esse crescimento foi progressivo, entre 1999 e 2004 houve um aumento de quase 100%.

Para Abramovay (2001) apesar da evolução do programa e das conquistas, este ainda tem uma longa caminhada para tornar universal o

5 O Pronaf possui cinco tipos de enquadramento de produtor: Tipo de A ao E.

acesso ao crédito. O Pronaf deu um avanço histórico à política agrícola, já que a partir deste foram construídas organizações e procedimentos que contribuíram para que o crédito chegasse a um número expressivo de agricultores familiares, não obstante todo sucesso é inegável a insuficiência do sistema bancário, já que não atende satisfatoriamente a demanda do público visado pelo governo. Todavia, não se pode negar que a criação do Pronaf foi um dos acontecimentos mais importantes que ocorreram na esfera das políticas públicas para a agricultura brasileira, uma vez que este programa se transformou em instrumento de apoio aos agricultores familiares do país com o fornecimento de crédito rural barato (AQUINO; SCHNEIDER, 2010), não obstante os autores relatam que os recursos do Pronaf não são distribuídos de forma equitativa entre as diferentes categorias de agricultores familiares. O programa tem uma tendência discriminatória e concentradora de renda porque privilegia os agricultores familiares mais capitalizados e as regiões mais ricas do país. Ao que tudo indica essa política de crédito está aumentando as desigualdades sociais e regionais, o que acaba ferindo o objetivo fundamental do Pronaf que é diminuir as desigualdades sociais no campo.

2.1 O Programa de Aquisição de Alimentos - PAA

O PAA nasceu no bojo de um grupo de políticas públicas estruturantes, visando a implementação, de ações voltadas para o fortalecimento da agricultura familiar e da segurança alimentar e nutricional. Nesta seção se apresenta o PAA num formato mais descritivo mostrando o seu processo de construção e o seu funcionamento em âmbito nacional, enfatizando os aspectos legais e os dados disponibilizados pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

Em 2003, quando o Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, assume o poder e põe a fome como prioridade do seu governo, esta foi materializada através do Programa Fome Zero (PFZ), que já tinha sido divulgada em 2001, quando ocorreu a comemoração do dia mundial da alimentação (MATTEI, 2004). O PFZ procurou intervir nas causas da fome através de várias frentes como:

[...] transferência direta de renda para as famílias mais pobres, políticas estruturais de geração de emprego e renda; políticas específicas de combate a fome e a promoção do acesso aos alimentos; e políticas emergências para os grupos mais vulneráveis. Além disso, promove-se, com essas atividades, um amplo esforço de mobilização e de participação da sociedade civil (MALUF, ZIMMERMANN, 2005, p. 10).

O PFZ tinha um conjunto de ações que pretendia provocar mudanças profundas na sociedade e retomar dívidas históricas com as classes menos favorecidas (SANTOS, 2010). Uma das ações estruturantes do PFZ foi a criação do PAA, somou-se a outras políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, o programa surgiu com a finalidade de juntar-se a uma série de ações públicas direcionadas para os agricultores familiares.

O PAA foi criado a partir de proposição do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea) como parte da estratégia do PFZ, na perspectiva de articular um plano Safra próprio para o público do Pronaf. De tal modo foi instituído em julho de 2003 pelo Art. 19, da Lei 10.696, de junho de 2003, regulamentado no mesmo ano pelo decreto 4.772, substituído pelo decreto 5.873, de 16/08/2006, e atualizado pela Lei nº 12512, de 14 de outubro de 2011 com regulamentação via Decreto nº 7.775, de 04/07/2012.

Este programa tem como objetivo incentivar a agricultura familiar através da aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que estejam inseridos no Pronaf não sendo necessária licitação para aquisição destes produtos, desde que os preços sejam iguais aos praticados nos mercados regionais e compreende, ainda, ações ligadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar e a formação de estoques estratégicos (CONAB, 2012). Os produtos oriundos do Programa são destinados à alimentação de entidades filantrópicas, às famílias em situação de vulnerabilidade social e à formação de cestas de alimentos destinados a distribuição para grupos específicos.

Segundo Relatório de Pesquisa PAA (2012), a implantação do PAA mostrou a presença do Estado na comercialização da produção familiar, incentivando a agropecuária e sustentando os preços, através da aquisição de alimentos produzidos por agricultores que estejam enquadrados no

Pronaf nos grupos do A ao E, inclusive quilombolas, extrativistas, trabalhadores rurais sem terras acampados, famílias atingidas por barragens, pescadores artesanais e agricultores familiares.

O PAA é considerado até aqui um programa abrangente, porque potencializa e dinamiza toda a cadeia produtiva, desde a produção até o consumo. O programa estimula a agricultura familiar dando subsídios para que o pequeno produtor cultive e colha sua produção, promove a acesso de pessoas em situação de vulnerabilidade social a uma alimentação adequada, fortalecendo assim a agricultura familiar e objetivando o desenvolvimento da economia local.

As diretrizes do programa são definidas por um grupo gestor que foi instituído pelo decreto de Lei 6.447 e está sob a coordenação de um comitê composto por vários ministérios: o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Ministério da Fazenda (MF), Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) e o Ministério da Educação e Cultura (MEC). A função do grupo gestor é acompanhar o programa e definir as medidas necessárias para a sua operacionalização: conforme expõe o Ministério do Desenvolvimento Social, em linhas gerais. Além dos grupos gestores citados existem outros como: os executores representados pelos Estados, Municípios e a Conab, os locais que são formados pelas organizações de agricultores e entidades socioassistenciais. O controle social é feito pela sociedade civil através de seus representantes nos Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional (Consea), Conselho Nacional de Desenvolvimento Sustentável (Condraf) e nos Conselhos de Alimentação Escolar.

A aquisição dos produtos oriundos do PAA pode ser realizada por cinco modalidades, quais sejam: (i) Modalidade Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar (CAEAF)⁶, (ii) Modalidade Compra com Doação Simultânea (CPR - Doação) tem como principal objetivo promover a articulação entre a produção dos agricultores familiares

6 Em 2006, com a participação do MDA a CAEAF foi separada em duas modalidades; a CPR – Doação que manteve seu formato normal e a CPR – Estoque que possibilita as organizações dos agricultores familiares formar em seus próprios estoques. E a Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CAAF) foi extinta, (CONAB, 2006, p. 4).

(enquadrados no Pronaf nos grupos de A ao D) e as demandas institucionais locais de suplementação, alimentar e nutricional para viabilizar a aquisição de produtos comercializados por associações, cooperativas etc. O MDS faz um convênio com os governos estaduais e municipais. Esta modalidade é mais adaptada à compra de alimentos para o atendimento da merenda escolar municipalizada, uma vez que atende diretamente aos agricultores ou através de organizações, com o limite máximo de até R\$4,5 mil por agricultor por ano; (iii) Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF) é o mecanismo que possibilita aos agricultores familiares individuais ou organizados em grupos informais, cooperativas e associações, a venda de alimentos para o Estado a preços de referências. A aquisição faz parte da estratégia de apoio a agricultura familiar e da constituição de reserva estratégica e alimentos. Essa modalidade é desenvolvida com recursos do MDS e MDA, operacionalizada pela CONAB e permite que agricultores sejam atendidos, independente de serem organizados ou não, com o limite de R\$ 8.000,00 por agricultor familiar por ano; (iv) Formação de Estoque pela Agricultura Familiar (CPR - Estoque) é um instrumento de apoio à comercialização de produtos. Disponibiliza recursos financeiros para que as organizações adquiram a produção de agricultores familiares sócios/filiados e formem estoques de produtos para posterior comercialização em condições mais favoráveis; (v) Incentivo à Produção e ao Consumo de Leite (IPCL) contribui para o aumento do consumo de leite pelas famílias que se encontram em estado de insegurança alimentar e nutricional, e incentivar a produção familiar de leite, visando diminuir a vulnerabilidade social, combatendo a fome e a desnutrição e contribuindo para o fortalecimento do setor produtivo local, mediante a aquisição e distribuição do produto com garantia de preço, atende agricultores organizados ou não. É desenvolvido com recursos do MDS (85%) em parcerias com Estados e Municípios do Nordeste e Norte de Minas Gerais, atende agricultores marginalizados ou não, até o limite máximo de R\$ 4.000,00 por agricultor por semestre, diferente das demais modalidades, onde o limite é anual. Se acontecer desse valor não ser totalmente utilizado no semestre, não poderá ser acumulado para o semestre seguinte.

A modalidade Compra Institucional é uma inovação criada pelo decreto nº 7.775/2012, esta tem a finalidade de garantir que todos os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, além de órgãos Federais, também possam comprar alimentos dos agricultores familiares, com seus próprios recursos, dispensando-se a licitação para o atendimento às demandas regulares de consumo de alimentos. Seu limite máximo é de R\$ 8.000,00 por unidade familiar, independente dos fornecedores participarem de outras modalidades do PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE).

2.2 Estudos direcionados ao PAA

Como dito anteriormente, o PAA é relativamente recente, este é um dos fatores para a inópia de estudos relacionados à temática; além dos trabalhos existentes estarem concentrados, na sua maioria, nas regiões Sul e Sudeste do País.

Estudos já realizados mostram que o programa é uma inovação em relação a articulação entre política agrícola e segurança alimentar e nutricional. Quais sejam: Mattei (2007) identifica e analisa elementos de impactos do PAA em municípios do Extremo Oeste de Santa Catarina (São Miguel do Oeste, Guaraciaba e Dionísio Cerqueira), procurando delimitar os efeitos causados pelo programa sobre os agentes envolvidos na comercialização de produtos da agricultura familiar, avalia o desenho Institucional do Programa e discute o potencial de mercado ocasionado por estas compras públicas através do mesmo. Para o autor há necessidade de maior integração entre as políticas de fomento à produção e às políticas de segurança alimentar.

Já Müller (2007) analisa como ocorreu o processo de construção do PAA, dá ênfase aos agentes envolvidos no mesmo e às disputas que estavam incluídas nesse processo. Os resultados de seu trabalho mostraram que o PAA é fruto de um processo longo em que a participação dos movimentos sociais ocorreu através da permeabilidade do estado brasileiro, que posteriormente permitiu que os agentes participantes do movimento comesçassem a atuar no governo. Ele destaca também que

o programa trouxe elementos que direcionaram para um novo entendimento do papel que é exercido pela agricultura familiar na sociedade, especialmente no que diz respeito às perspectivas de se ter desenvolvimento social equitativo, através da incorporação de setores que são excluídos da economia e que a atuação desses agricultores seja valorizada e acompanhar a evolução dos temas que debatem políticas públicas e até as estratégias de desenvolvimento são essenciais para que as escolhas sejam feitas de modo consciente.

Andrade Júnior (2009) estuda a construção do mercado institucional criado com o PAA no município de Mafra, através da Cooperativa Agropecuária Regional de Pequenos Produtores de Mafra (COOARPA), destaca efeitos socioeconômicos causados pelo programa como: i) preços agrícolas e renda do agricultor; ii) organizações dos agricultores e iii) qualidade dos produtos ofertados. Os resultados mostraram que houve aumento nos valores das aquisições, na quantidade de agricultores fornecedores e no número de entidades beneficiadas com as doações. Verificou-se também que para a maioria dos grupos integrantes da COOARPA, os efeitos do PAA tiveram impactos positivos na regulação e estabilização dos preços no mercado local, na melhoria da renda e na geração de emprego. Porém tiveram algumas exceções, pois os preços oferecidos pela CONAB são vantajosos para algumas associações e para outras não.

Santos (2010) destaca o processo de implantação do PAA, na modalidade compra direta no município de Ponta Grossa no Paraná, dando ênfase ao papel e as percepções dos atores sociais locais. A hipótese central de seu trabalho foi de que diversificando a produção e amenizando a situação de insegurança alimentar o PAA estimula a economia e com isso torna o território local mais dinâmico. O estudo mostra que por mais que o processo de implantação do programa no município tenha sido desarticulado e contraditório, foi possível verificar que o PAA fortaleceu a agricultura familiar, através da diversificação da produção, aumento da renda dos agricultores participantes e promoção de melhoria na qualidade de vida de pessoas que se encontravam em situação de vulnerabilidade social, promovendo assim a dinamização do território, o que certifica a hipótese central do trabalho.

Cruz (2010) analisa o modelo organizacional cooperativo na perspectiva do desenvolvimento rural, tendo como objetos de estudo a experiência da Cooperativa Central de Comercialização Extrativista do Estado do Acre (COOPERACRE) com o comércio da castanha do Pará, no âmbito do PAA, objetivando explorar os elementos que influenciaram os extrativistas castanheiros a participar do Programa. Conclui que o PAA é estruturante para a atuação da COOPERACRE, na medida em que contribui para retomar a dinâmica da comercialização da castanha aumentando a quantidade negociada, em conjunto com políticas de infraestrutura capacitação e assistência técnica.

Em nível Nacional, um dos trabalhos mais recentes é o de Grandó et al. (2013), as autoras analisaram a atuação do PAA no Rio Grande do Sul com base em dados fornecidos pela CONAB. O estudo concluiu que o mecanismo de compra mais usado no País é a compra para doação simultânea que atua como instrumento de dinamização da economia local. Porém, essa forma de atuação preponderante não caracteriza a atuação do programa no Rio Grande do Sul. Com base nos dados chegou-se a conclusão de que no Rio Grande do Sul o PAA atuou principalmente na função de política de preços agindo junto aos agricultores familiares como estímulo a produção. Por um lado resta saber a quantidade de clientes do PAA no Estado formados por agricultores familiares mais consolidados é representante da agricultura familiar. Por outro se está acontecendo no Rio Grande do Sul o que muitos apontam como “um descompasso entre as concepções originais e as ações de implementação”, uma vez que o PAA é um instrumento de política criado para beneficiar principalmente os agricultores em situação de vulnerabilidade social.

Por fim, no Estado do Pará o estudo mais recente é o de Valeriano (2012), que teve como objetivo investigar o PAA através da modalidade compra com doação simultânea (CPR-Doação), como esta política pública tem contribuído para o desenvolvimento local dos agricultores familiares que são ligados ao movimento das mulheres do Nordeste paraense (MMNEPA), localizados no município de Santa Maria do Pará. Os resultados do estudo mostraram que a CPR-Doação tem contribuído para a concretização de várias metas do movimento,

através da geração de renda. Isso só foi possível graças ao apoio dos agentes sociais, do estabelecimento de redes de cooperação e do sistema institucional envolvido. Através desse estudo de caso foi possível verificar algumas mudanças que ocorreram na vida dos agricultores familiares de Santa Maria do Pará e a importância que a segurança alimentar teve nesse processo.

Porém para que ocorra uma melhor execução da doação simultânea existem falhas que devem ser sanadas, e que as políticas públicas têm que respeitar o regionalismo e suas especificidades para que sejam adotadas medidas que beneficiem a realidade de cada local. Para que isso ocorra é preciso que a CONAB atue mais ativamente, ou seja, acompanhe de perto as técnicas que são usadas pelos pequenos agricultores para conhecer as dificuldades regionais.

3 Caracterização da região e metodologia de trabalho

O estudo foi direcionado ao Estado do Pará que, segundo o IBGE (2010), tem extensão territorial de 1,24 milhões de km², sendo o segundo maior Estado brasileiro em extensão. É composto por 144 municípios, sua densidade demográfica é de aproximadamente 6 hab/km² e sua população é de aproximadamente 7,58 milhões de habitantes, onde mais 31% deste total vivem ainda na área rural.

Os dados relativos à quantidade produzida dos principais produtos oriundos da agricultura familiar no Brasil foram obtidos através do Censo Agropecuário de 2006. Já os dados referentes a quantidade produzida e a área colhida dos principais produtos da lavoura temporária no estado do Pará foram obtidos através do IDESP.

De acordo com Censo Agropecuário 2006, a agricultura familiar no estado do Pará ocupa uma área de 6.909.156 ha de um total de 22.466.026 ha, que totaliza 30,80% das terras que são usadas na agricultura paraense e detém 196.150 estabelecimentos do total 222.028, ou seja, 88,35% do total, ficando um pouco acima da média nacional nos dois quesitos. O Estado ainda concentra 47% das propriedades familiares da região Norte.

Das principais culturas cultivadas no Brasil em 2006, o Pará respondeu por 8,00% da quantidade produzida de mandioca, seguida pela produção de arroz, feijão e milho representavam apenas 1,00%, o café e a soja com menos de 1,00%. O estado não teve participação na produção de trigo no período, devido ao fato desta cultura ser de clima temperado.

Para se analisar os dados do PAA no Pará foram utilizados alguns instrumentos estatísticos, tais como: as ferramentas de análise estatística descritiva, a taxa de variação, assim como a taxa anual de crescimento – TAC.

As taxas anuais de crescimento foram determinadas conforme proposto por Hoffmann (1998), Santana (1995) e Costa (2000), a partir da seguinte regressão linear:

$$Z_t = A(1 + n)^t \quad (1)$$

Sendo que: $\log b = \log A + t \log(1 + n)$. Que corresponde à $Y_t = a + bX + \mathcal{E}_t$ (equação linear) em que:

Y_t = é o logaritmo natural de Z_t ;

a = logaritmo natural de A ;

b = logaritmo natural da taxa geométrica de crescimento $(1+i)$. A taxa de crescimento foi calculada pela seguinte fórmula:

$$i = \{\text{antlog } b\} - 1;$$

$X = t$, é uma variável tendência, que para 1979 = 0, ... 2001 = 22;

\mathcal{E}_t = é erro aleatório, com média zero e variância constante.

4 Resultados e discussão

4.1 O Programa de Aquisição de Alimentos no Brasil

Em dez anos de Programa foram investidos R\$3,5 bilhões de reais, beneficiando 840.655 famílias de agricultores fornecedoras, e adquiridas 2.135.228 toneladas de produtos. Nesse período, o volume de recursos aplicados foi crescendo ano a ano.

Somente em 2012 foram investidos R\$586,50 milhões de reais. Quando se compara com o ano de 2003 houve um aumento de

321%. Segundo a Conab a previsão é de que em 2013 esse aumento foi de 19% em relação a 2012. A expansão desses recursos resultou no aumento, do número de agricultores familiares participantes, da quantidade de pessoas beneficiadas e na quantidade de alimentos adquiridos. Como pode ser observado na TABELA 1, a quantidade de recursos é distribuída de modo desigual entre as Regiões brasileiras devido às diferenças peculiares.

TABELA 1- Quantidade de recursos (R\$ Mil) do PAA aplicados por região de 2003- 2012

A/R*	C. OESTE	NORDESTE	NORTE	SUDESTE	SUL	TOTAL
2003	20.912.621	54.118.350	21.165.402	12.992.312	30.140.021	139.328.706
2004	5.289.973	66.096.234	44.355.064	13.909.456	37.801.839	167.452.566
2005	8.135.981	51.042.641	23.723.620	20.385.195	62.406.399	165.693.836
2006	14.508.114	79.224.567	25.724.515	46.850.308	123.492.879	289.800.383
2007	11.984.336	77.239.091	25.876.312	57.920.662	141.286.882	314.307.284
2008	12.231.327	99.940.235	19.384.043	90.850.892	115.015.424	337.421.922
2009	16.014.173	124.535.411	18.831.381	95.476.814	185.191.901	440.049.681
2010	24.594.042	140.040.700	32.578.529	90.961.439	148.218.673	436.393.383
2011	33.872.206	162.537.624	31.081.033	118.186.394	131.373.241	477.050.499
2012	43.282.942	154.904.344	36.045.217	131.776.716	220.557.912	586.567.131
Total	190.825.716	1.009.679.197	278.765.117	679.310.189	1.195.485.173	3.354.065.392

Fonte: Elaborada de acordo com dados da Conab (2012).

Legenda: *A(ano); R(região).

Nota: Valores deflacionados pelo IGP-DI, base 2012=100.

Ainda de acordo com a TABELA 1, a região Sul foi elevada ano a ano a quantidade de recursos aplicados no PAA superando o Nordeste que, nos primeiros anos, era a que recebia mais recursos. Essa superioridade do Sul em relação a outras Regiões pode ser explicada por sua longa trajetória na agricultura familiar. A região Sul deteve a maior quantidade do total de recursos aplicados com 36,00% (R\$1.195.485.173), mesmo tendo menos estabelecimentos familiares que a região Nordeste. A segunda foi a região Nordeste, que recebeu 30,00% (R\$1.009.679.197) total dos recursos aplicados, apesar de ter a metade dos estabelecimentos familiares do país; a terceira região é

o Sudeste, que recebeu 20,00% (R\$679.310.189) e as regiões Norte e Centro Oeste são pouco expressivas detendo respectivamente 8% (R\$278.765.117) e 6% (R\$190.825.716) do total dos recursos aplicados. De acordo com a Conab (2012) isso pode ser explicado no caso da região Norte por causa da sua extensão territorial e as características geográficas e condições edafoclimáticas que são um desafio para a consolidação do programa; e no caso do Centro Oeste, pelo histórico voltado para a agricultura patronal focado em *commodities*.

De acordo com a TABELA 2, é possível observar a predominância da modalidade CPR-Doação que é operada com recursos do MDS sobre, as demais. O sucesso desempenhado por este instrumento ocorre pelo fato de possibilitar a comercialização de produtos característico da AF, como hortaliças, frutas, doces e biscoitos caseiros. Esta modalidade a que apresenta os melhores resultados e vem aumentando a cada ano, somente em 2009, teve uma queda de 18%, mas em 2010 voltou a crescer aumentando 81% em relação ao ano anterior, e nos anos seguinte continuou crescendo.

Como pode ser observado, os números relativos a CDAF são menores em relação a CPR-Doação, devido ao fato deste instrumento ser restrito a poucos produtos como arroz, feijão, milho, trigo etc. e pela resolução do Grupo Gestor do PAA. Observa-se na TABELA 2 que quando se faz uma comparação entre os anos de 2003 (R\$11,26 milhões) e 2006 (R\$99,37 milhões), percebe-se um crescimento de 782% na quantidade de recursos aplicados nessa modalidade. No entanto, em 2007, houve uma queda de 52% em relação a 2006, em 2008 houve um acréscimo de 17% em relação ao ano anterior. Em 2009 foi quando CDAF apresentou um aumento mais expressivo, recebendo R\$ 201,55 milhões, o quê representou um aumento de 265% em relação ao ano anterior. Esse aumento se deu devido a elevação da demanda do feijão causada pela alta da safra e diminuição nos preços, nos anos seguintes, ocorreu uma queda devido a diminuição da demanda para a aquisição dos produtos oferecidos por essa modalidade pela alta dos preços (CONAB, 2009).

TABELA 2 - Recursos do PAA aplicados por modalidade no Brasil

ANO	RECURSOS MDS (MIL EM VALORES REAIS)			RECURSOS MDA (MIL EM VALORES REAIS)		
	CDAF	CPR-DOAÇÃO	CPR-ESTOQUE	CDAF	CPR-ESTOQUE	TOTAL
2003	11.266.594	31.766	9.376			11.307.736
2004	47.724.043	64.933.319	49.414			112.706.776
2005	56.230.186	71.105.539	38.358.168			165.693.893
2006	52.825.027	118.697.667	12.102.107	46.552.363	60.037.997	290.215.161
2007	18.666.871	197.535.897	1.652.146	28.491.121	59.873.529	306.219.564
2008	4.445.750	224.693.320	1.102.802	50.795.845	55.841.409	336.879.126
2009	132.220.696	182.101.836	17.178.740	69.328.101	39.219.975	440.049.348
2010	22.040.892	313.109.568	35.630.790	47.005.332	18.606.803	436.393.385
2011	29.903.650	383.929.669	27.468.640		35.748.541	477.050.499
2012	96.452.563	395.009.413	47.923.046		47.182.109	828.739.893
TOTAL	471.776.271	1.951.147.994	181.475.229	242.172.762	316.510.363	3.163.082.620

Fonte: Elaborado de acordo com os dados da Conab (2012).

Nota: *Valores deflacionados pelo IG-PDI, base 1994=100.

Observa-se que a CPR – Estoque é a que apresenta os menores resultados, recebendo apenas R\$181 milhões; isso acontece porque a sua operacionalização exige uma estruturação melhor e maior planejamento, isso pode ser confirmado pelo fato desta modalidade estar concentrada na Região Sul, que é onde estão as cooperativas e associações que têm experiências no acesso aos instrumentos de comercialização mais complexos. Percebe-se que nos últimos anos vem ocorrendo um aumento, um pouco mais expressivo em relação aos anos anteriores, isso se deve ao fato de ter ocorrido uma demanda maior por essa modalidade nas Regiões Norte e Nordeste (CONAB, 2012).

4.2 O Programa de Aquisição de Alimentos no Estado do Pará

O estado do Pará apresenta economia baseada no extrativismo mineral e vegetal (com destaque a madeira em tora e a lenha); na agricultura os produtos com maior destaque são a produção de mandioca, de milho, de arroz, de feijão e cana de açúcar na lavoura temporária; já na lavoura permanente o destaque é para a produção de dendê, banana em cacho, cacau e laranja.

E como PAA é uma das ações do PFZ que tem como meta garantir o acesso aos alimentos de forma regular e em quantidades suficientes para suprir a necessidade das populações em situação de insegurança alimentar e nutricional promovendo a inclusão social no campo através do fortalecimento da agricultura, daí a importância de sua implantação no estado do Pará que tem 88 municípios com IDH baixo e oito com IDH muito baixo.

O estado buscou a implementação do PAA com o propósito de diminuir os índices de insegurança alimentar e fortalecer a agricultura familiar em seus municípios. No Pará a responsabilidade do PAA é da Conab e da Diretoria de Segurança Alimentar e Nutricional (DISAN), sediada na Secretaria de Assistência Social (SEAS), que tem a função de coordenação, execução, monitoramento e avaliação em âmbito estadual (CARVALHO, 2011). Para os agricultores familiares terem acesso ao PAA devem estar devidamente cadastrado no Pronaf.

A maioria dos municípios paraenses participantes do PAA, estão localizados na região nordeste do estado e as associações beneficiam-se geralmente da CPR-Doação. De acordo com as propostas de participação do PAA disponibilizadas pela Conab foi possível perceber vários municípios vinculados ao programa como: Capanema, Cachoeira do Piriá, Santa Isabel do Pará, Santa Maria do Pará, Capitão Poço, Nova Timboteua, Paragominas, Ourém entre outros. Em cada um destes municípios há cooperativas ou associações formadas por agricultores familiares que cultivam diversos tipos de produtos ou apenas um (VALERIANO, 2012).

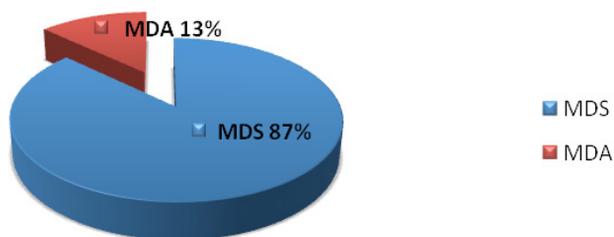
Para analisar a atuação do PAA no estado do Pará foram utilizadas apenas as informações fornecidas pela Conab, que é o maior comprador institucional do Programa. Devido à indisponibilidade de informações sistematizadas não foram analisados os recursos oriundos de convênios do MDS com os estados e as prefeituras e nem os convênios dos municípios com os recursos do Fundo Nacional de Educação, assim também pela ausência de dados desagregados por modalidade de compras, número de agricultores familiares fornecedores e quantidade de produtos adquiridos até 2005, só foram analisados os dados a partir de 2006.

O MDS é o protagonista de recursos aplicados no programa no estado do Pará sendo responsável por 87% dos investimentos no período de 2006⁷ a 2012, o que representa mais de cinco milhões de reais (R\$27.171.715),

7 2006 foi data da entrada do MDA ano PAA; por esse motivo os valores anteriores não foram considerados.

enquanto que nesse mesmo período a participação do MDA restringe-se a apenas 13% (R\$4.118.065) dos recursos, o que representa menos de um milhão de reais. Essa disparidade acontece porque a principal modalidade presente no estado é operada com recursos do MDS (GRÁFICO 1).

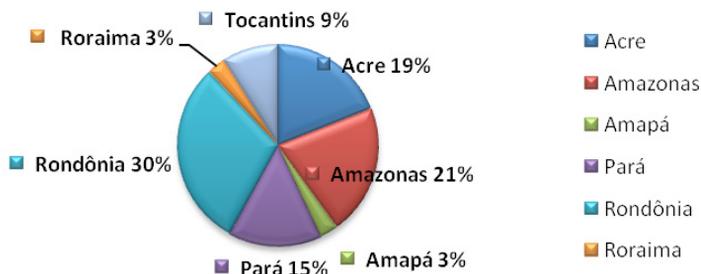
GRÁFICO 1 - Quantidade de recursos distribuídos no Pará entre o MDS e MDA no período de 2006 a 2012



Fonte: Conab, 2012.

No período de 2003 a 2012 foram investidos mais 272,76 milhões de reais na região Norte, o Pará ficou em quarto lugar, recebendo apenas 15% (R\$44.887.844) do total de recursos aplicados nesse período. Apesar de ser o principal produtor da lavoura temporária da Região, produzindo quase 50% do total dos produtos oriundos da agricultura familiar, ficou atrás de Estados menos expressivos, como Rondônia, Amazonas e Acre que receberam respectivamente 30% (R\$16.497.735), 21% (R\$11.276.200) e 19% (R\$10.674.437), A superioridade desses Estados pode ser explicada por sua organização na agricultura familiar (GRÁFICO 2).

GRÁFICO 2 - Distribuição do total de recursos aplicados no PAA no período de 2003 a 2012 na região Norte por Estado



Fonte: Conab, 2012.

De acordo com a TABELA 3, é possível observar que o Pará participou de todas as execuções do programa, mantendo uma média de R\$4,48 milhões de reais por ano. Do total de recursos destinados, a região Norte, em 2003, recebeu 23% (R\$3.203.795); em 2004 houve uma queda de 16% em relação ao ano anterior recebendo apenas 7% e, em 2005, foi o ano em que o estado recebeu o maior percentual de recursos 29% (R\$6.920.751), mas em 2009 foi o ano que houve a maior queda recebendo apenas 3,5% dos recursos destinados a região, no período de 2010 a 2012 manteve uma media de crescimento de 5%.

TABELA 3 - Quantidade de recursos (R\$ mil) aplicados por estado da região Norte no período de 2003 a 2012

ANO	AC	AM	AP	PA	RO	RR	TO
2003	5.321.666	154.153		3.203.795	5.321.666		
2004	14.840.429	1.222.461	2.963.877	2.963.877	14.840.429	1.222.461	630.1530
2005	5.468.446	4.566.835		6.920.751	3.470.391	274.955	3.022.242
2006	3.590.527	7.055.843		2.779.907	10.696.628	1.144.515	1.621.095
2007	4.337.659	7.777.349		2.131.440	10.072.155	192.752	1.364.972
2008	3.946.409	6.101.646	319.842	4.101.082	3.896.809	124.359	893.892
2009	2.315.469	3.840.513		664.507	11.449.020	465.032	96.841
2010	5.291.930	9.320.966	1.905.308	5.698.587	7.076.270	1.256.453	2.029.017
2011	3.016.741	8.276.753	1.178.783	6.714.771	7.188.798	1.803.967	2.901.221
2012	4.407.357	7.181.685	2.518.497	9.709.126	7.184.129	2.625.580	2.418.842
Total	52.536.635	55.498.204	8.886.308	44.887.844	81.196.294	9.110.074	20.649.652
Média	5.253.663	5.549.820	1.777.262	4.488.784	8.119.629	1.012.230	2.294.406

Fonte: Elaborado com base em CONAB (2012).

Nota: Valores deflacionados pelo IGP-DI, base 2012=100

Os recursos aplicados pelo PAA na região Norte são relativamente baixos, como pode ser visualizado na TABELA 4; quando é feita uma comparação entre a quantidade de recursos aplicados no Brasil e no Norte, a média do percentual de recursos recebida pela Região é de 8% por ano. Quando essa comparação é feita entre o Norte e o Pará, a média do Estado fica em torno de 17% por ano; ela apresenta índices baixíssimos, recebendo menos de 2% por ano do total de recursos disponibilizados pelo governo Federal para o Programa.

TABELA 4 - Recursos aplicados pela Conab no PAA, Brasil, Norte e Pará - 2003 a 2012

ANOS	BRASIL(R\$)*	NORTE(R\$)	PARÁ(R\$)	NOR/BR(%)	PA/NOR(%)	PA/BR(%)
2003	139,33	14,00	3,20	10,05	22,88	2,30
2004	167,45	44,35	2,96	26,49	6,68	1,77
2005	165,69	23,72	6,92	14,32	29,17	4,18
2006	289,80	26,88	2,78	9,28	10,34	0,96
2007	314,31	25,87	2,13	8,23	8,24	0,68
2008	337,42	19,38	4,10	5,74	21,16	1,21
2009	440,05	18,83	0,66	4,28	3,53	0,15
2010	436,39	32,58	5,70	7,46	17,49	1,31
2011	477,05	31,08	6,71	6,51	21,60	1,41
2012	586,58	36,04	9,71	6,14	26,93	1,65
Total	3.354,06	272,76	44,89	-	-	-
Média	335,41	27,27	4,49	8,13	16,77	1,54
D.P	149,92	9,04	27,25	-	-	-
C.V.(%)	44,70	33,15	60,69	-	-	-
Tax.V.(%)	321,00	157,00	203,00	-	-	-
TAC (%)	17,37	3,86	6,95	-	-	-

Fonte: Elaborado com base em CONAB, 2012.

Nota: *Milhões em valores reais deflacionados pelo IGP-DI, base 2012=100.

Ainda de acordo com a TABELA 4, verifica-se que os recursos aplicados no Brasil tiveram uma média de 335,41 milhões por ano, o desvio padrão de 149,92, o coeficiente de variação foi de 44,70, a taxa de variação foi de 321% e a taxa de crescimento de 17,37% significativa a 1%. A região Norte recebeu uma média de 27,27 milhões por ano, houve desvio padrão de 9,04, coeficiente de variação de 33,14%, taxa de variação de 157% e taxa de crescimento de 3,86% não significativa nem a 10%, ou seja, a taxa não explica o crescimento/decrescimento. Isso porque os valores se comportam de forma irregular. O Pará recebeu uma média de 4,49 milhões por ano, teve desvio padrão de 2,72, o seu coeficiente de variação foi 60,69 maior em relação ao Brasil e a região Norte, a sua taxa de variação foi 203%, superior a da região Norte, e a taxa de crescimento foi de 6,95%, também superior a da região Norte, mas também não foi significativa nem a 10%.

Como pode ser observado na TABELA 5 quando é feita uma comparação entre a quantidade de recursos aplicados nas diferentes modalidades do PAA, percebe-se que as aquisições feitas através da Doação Simultânea são as mais expressivas no Estado representando 85% dos recursos, um dos fatores que pode ter contribuído para essa predominância é o fato dessa modalidade permitir a compra de uma infinidade de produtos da agricultura familiar e também por beneficiar os agricultores mais frágeis. A segunda é a CPR – Estoque que recebeu 13% dos recursos, mas seus valores são pouco expressivos se comparados com a CPR – Doação, esses resultados podem ser explicados pelo fato dessa modalidade ser de difícil acesso, já a CDAF não foi operada no Estado nesse período. O coeficiente de variação da CPR- Doação foi de 81,66 % e o CPR-Estoque 94,34%. A taxa de crescimento da Doação Simultânea foi expressiva crescendo 48,07% ao ano e significativa a 10%, enquanto que a CPR-Estoque teve um crescimento negativo de 5,61% ao ano não significativa.

TABELA 5 - Recursos do PAA, aplicados por modalidade no Pará - 2006 a 2012

ANOS	RECURSOS MDS (MIL EM VALORES REAIS)			RECURSOS MDA (MIL VALORES REAIS)*		
	CDAF	CPR-DOAÇÃO	CPR-ESTOQUE	CDAF	CPR-ESTOQUE	MDS + MDA
2006		633.996	509.652	-	1.636.259	2.779.907
2007	-	1.617.984	-	-	513.456	2.131.439
2008	-	3.811.554	-	-	289.541	4.101.095
2009	-	360.884	-	-	303.623	664.507
2010	-	5.698.587	-	-		5.698.587
2011	-	6.431.852	-	-	282.919	6.714.771
2012	-	8.616.858	-	-	1.092.268	9.709.126
Total		27.171.714	-	-	4.411.336	32.093.962
Me	-	3.521.751	-	-	558.454	926.578
DP	-	644.114	-	-	686.344	
CV	-	81,66	-	-	94,39	
TV (%)		1.259			- 33	
TAC(%)		48,07			-5,61	

Fonte: Resultados da pesquisa, com base em CONAB, 2012.

Nota: *Valores deflacionados pelo IG-PDI base 2012=100.

Observa-se que nesse período o Pará teve 7.960 famílias fornecedoras participantes, o que representou uma média de 1.137 famílias por ano. O desvio padrão foi de 635 e o coeficiente de variação de 55,84. Produziu-se mais de 26.000 toneladas de produtos, a uma média de 3.714 toneladas por ano, o desvio padrão da quantidade produzida foi de 4.255 e o coeficiente de variação 114,56. O número de famílias participantes do PAA e a quantidade produzida são diretamente proporcional a quantidade de recursos aplicados. Como por exemplo, em 2009 foi o ano em que o estado recebeu menos recursos, que repercutiu diretamente no número de agricultores participantes e na quantidade de produto adquirido foram bem inferiores à outros anos. Percebe-se, portanto que o número de agricultores familiares varia mais que a quantidade produzida, onde estes apresentam uma maior taxa de variação com 164,6%, de crescimento com 15%, enquanto que a quantidade produzida teve um valor inferior na taxa de variação com 51,89% e a taxa de crescimento foi 6,16% ao ano (TABELA 6).

TABELA 6 - Número de famílias fornecedoras e quantidade de produtos adquiridos pelo PAA no Estado do Pará de 2006 a 2012

ANO	FAMÍLIAS FORNECEDORAS	QUANT. DE PROD. ADQUIRIDOS(T)
2006	819	2.700,5
2007	951	893
2008	1.011	12.930
2009	152	375
2010	1.250	2.012
2011	1.610	2.988
2012	2.167	4.102
Total	7.960	26.000,5
Me	1.137	3.714
D.P	635	4.255
C.V(%)	55,84	114,56
TX. V(%)	164,6	51,89
TGC(%)	15	6,16

Fonte: Elaborado de acordo com os dados da Conab, 2013.

Nesse período já foram aplicados mais de R\$31 milhões, beneficiando mais de sete mil agricultores que tiveram a venda garantida de seus produtos obtendo renda e conseqüentemente melhorando a sua qualidade de vida, produzindo mais de 26 mil toneladas de alimentos e beneficiando expressiva quantidade de pessoas que, se encontravam em situação de insegurança alimentar.

5 Considerações Finais

Ao analisar a atuação do PAA no Brasil, percebe-se que os recursos são distribuídos de modo desigual entre as regiões, paradoxalmente leva-se em conta que o Programa visa diminuir a pobreza rural e melhorar a qualidade de vida desta população. É perceptível a desigualdade no repasse dos recursos entre as Regiões, há certa concentração destes na região Sul e uma precarização na região Norte, onde só fica a frente do Centro-Oeste, mas que neste caso, talvez justificado porque a produção é mais relativa a grande produção, ou seja, tem sua produção voltada para *commodities*.

A hipótese levantada por este trabalho foi a de que o PAA tem contribuído no fortalecimento da produção da agricultura familiar no estado do Pará. Os dados apresentados mostram que o PAA gerou oportunidades para os agricultores familiares através da geração de renda para estas famílias que antes do Programa não tinham para quem vender o excedente da sua produção. E por mais que o número de agricultores participantes ainda seja pequeno pode-se dizer que em parte houve fortalecimento da produção no Estado porque o programa contribuiu para a manutenção destes agricultores no campo. A quantidade de municípios participantes fornecedores vem aumentando ano a ano; em 2006 eram apenas 29 em 2012 passou para 45 e, conseqüentemente, ocorreu um aumento considerado na quantidade de produtos adquiridos que em 2006, foi de 819 e, em 2012, foi de 2.167 e no número de pessoas beneficiadas que em 2006 eram 250.963 mil em 2012 passou para 1.264.948. Porém, muito ainda precisa ser feito, pois de acordo com os dados do censo agropecuário de 2006, o Pará registra 196.150 mil estabelecimentos familiares, e nesses dez anos de programa somente 12.185 famílias agricultoras tiveram acesso ao PAA.

Portanto, a atuação do PAA no Estado do Pará é fraca se comparada com outros Estados da região. Segundo informações cedidas em entrevista pelo técnico da Conab, existem alguns motivos que contribuíram para este baixo desempenho como a falta de políticas de incentivo a agricultura familiar, o difícil acesso aos locais de venda, a falta de divulgação do programa, mas o principal fator que contribuiu para esse baixo desempenho é a falta de organização dos agricultores familiares. Foi possível também observar-se uma certa dificuldade em relação ao acesso aos dados desagregados referentes ao número de Municípios participantes do programa por ano e a quantidade de pessoas assistidas.

Referências

ABRAMOVAY, R. Conselhos além dos limites. **Revista Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, p. 121-140, 2001.

ANDRADE JÚNIOR, R. C. de. **O programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar (PAA): o caso da Cooperativa Agropecuária Regional de Pequenos Produtores de Mafra (COOARPA)**. 2009. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural)– Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. (Des) caminhos da política de crédito do Pronaf na luta contra a desigualdade social no Brasil rural. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS CONTRA A POBREZA E A DESIGUALDADE, 1., 2010, Natal. [Anais...?] Natal: [s.n.], 2009.

BRASIL. Lei n.º 11.326, de 24 de junho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Presidência da República**, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, DF, 2006. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm>. Acesso em: 18 set. 2013.

CARVALHO, R. A. **A Agricultura familiar no Brasil: o Programa de Aquisição de Alimentos e sua atuação no estado do Pará**. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Econômicas)– Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2011.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB). **Programa de Aquisição da Agricultura Familiar**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://www.conab.gov.br/conteudos.php?a=1402&t=2>>. Acesso em: 18/09/2013.

CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR (CONSEA). **Lei de Segurança Alimentar**. Brasília, DF: [s.n.], 2006.

CRUZ, K. C. M. dos S. **Participação Social no Âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): o caso da comercialização de castanha do Brasil pela COOPERACRE**, 2010. 47f. Trabalho de conclusão de curso (especialização em Demografia Participativa, República e Movimentos Sociais) – Programa de Formação de Conselheiros Nacionais. Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Brasília, 2010.

HOFFMANN, R. Estatística para economistas. 3. ed. rev. e ampl. São Paulo: Ed. Pioneira, 1998.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo 2010**. Brasília, DF, 2011. Disponível em: <<http://www.censo2010.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 10 nov. 2013.

GRANDO, M.; FERREIRA, G. da S. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e sua relação com o Rio Grande Sul**. Porto Alegre: FEE, 2013. (Texto para discussão n. 113).

MALUF, R. S.; ZIMMERMANN, S. A. **Políticas municipais de erradicação da fome e promoção da agricultura familiar no Brasil**. Rio de Janeiro: [s.n.], 2005. n. 1. (Projeto de pesquisa financiada pela Comissão Europeia e do Ministério das Negociações Estrangeiras da França. CERESAN).

MATTEI, L. **Políticas públicas de combate à fome: lições a partir do Programa Fome Zero (PFZ) no Brasil**. Occasional paper number BSP – 04-09. Oxford: University of Oxford: Latin American Centre, 2009.

_____. Políticas Públicas de Combate à Fome: o caso do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar no Estado de Santa Catarina. **Revista Sociedade e Desenvolvimento Rural**, v. 1, n. 1, p. 1-31, 2007. Disponível em: <<http://www.inagrodif.com.br/revista/index.php/SDR/article/view/22/20>>. Acesso em: 20/12/2013.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Cartilha do PAA**. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/paa/CARTILHA_FINAL.pdf>. Acesso em: 25 set. 2013.

MULLER, A. L. **A construção das políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil: o caso do Programa de Aquisição de Alimentos**. 2007. Dissertação. (Mestrado em Desenvolvimento Rural)– Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

SANTANA, A. C.; SOUZA, R. F.; ALENCAR, M. I. R. et al. **O comportamento do mercado da pimenta-do-reino no Brasil e no mundo**. Belém: FCAP: BASA, 1995. (Estudos Setoriais, 2.).

SANTOS, A. T. **Agricultura familiar e o programa de aquisição de alimentos: uma análise de sua implantação no município de ponta grossa**. 2010. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território)– Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2010.

VALERIANO, C. A. N. **O programa de aquisição de alimentos como instrumento mediador para o desenvolvimento local: o caso da CPR- Doação através do MMNEPA em Santa Maria do Pará**. 2012. Dissertação (Mestrado em Gestão dos Recursos Naturais e Desenvolvimento local da Amazônia)– Universidade Federal do Pará, Belém, 2012.